



Presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, fala do atual momento sindical e da educação brasileira

Pág. 9

Estatuto

Mudanças na Ufam depois de 10 anos

Com mais de dois meses de atraso, o Congresso Universitário Estatuinte, que ocorrerá no período de 7 a 11 de novembro, irá discutir cerca de 649 propostas que foram encaminhadas para a Comissão Executiva do Processo Estatuinte (CEPE). Págs 6 e 7.

Cultura

“Virada Cultural” vai custar R\$ 2,3 milhões

Docentes criticam a falta de atividades educativas no evento que será realizado nos próximos dias 12 e 13 de novembro, em nove pontos de Manaus. **Pág 11.**



Opinião

“O capitalismo chegou ao fim da linha”

Pág 12.

Nacional



Campanha Nacional “10% do PIB para a Educação Já!” tem início

Comitê local formado pela Adua e outras entidades de classes preparam cartilha, folder, cartaz, banner e faixa para dar visibilidade à campanha nas unidades acadêmicas da Ufam. **Página 3.**

Agressão

Professores criticam violência na Ufam

Docentes recorrem ao Andes-SN para adotar medidas que ajudem a combater a truculência nas unidades acadêmicas da Universidade. Categoria propõe ato político para dia 17 de novembro, no Hall do ICHL. **Página 4.**

Espaço físico

ICHL tem déficit de um bloco administrativo

No Pavilhão André Araújo, onde a situação é mais alarmante, seis departamentos estão concentrados no mesmo bloco. A direção do ICHL já encaminhou recurso ao Consad para resolver o problema. **Página 5.**

Editorial

Enfim se instala o Congresso Universitário Estatuinte!

Em novembro, os docentes, discentes e técnicos administrativos em educação da Ufam têm a oportunidade de viver um processo de discussão que resulte nos ditames de filosofia, comportamento e ação futura da Ufam. A criação de uma Estatuinte foi o primeiro ponto da pauta de reivindicações que a direção do sindicato apresentou à reitora Márcia Perales, na primeira audiência após sua posse. Participando incisivamente na coordenação do processo estatuinte, a Adua acredita que este seja o momento certo de reflexão que os delegados representantes de todas as categorias internas da universidade, além de representações da sociedade civil, precisam ter para analisar os rumos atuais e futuros da instituição. Este é o desejo de formulação de um novo Estatuto – que os embates de concepções filosóficas, administrativas e estruturais sejam pautados pelo espírito democrático, participativo e respeitoso entre todos aqueles que o vivenciam. Saiba quais serão os pontos a serem levados pelos delegados vinculados à Adua no Congresso lendo as páginas centrais 6 e 7.

Outro assunto que repercutiu este mês foi a construção de uma comissão organizada por docentes formuladora de uma série de atos para encaminhar o que já ficou conhecido como “caso Gilson”. Depois que o professor Gilson Monteiro se manifestou na entrevista de nossa edição anterior, a comissão está organizando um ato político de ampla repercussão para o dia 17 de novembro, no hall do ICHL, como forma de manifestar a indignação de todos para o desfecho do caso. Isto além de analisar quais procedimentos jurídicos serão adotados para reclamar do comportamento que tiveram Ministério Público e a reitoria da Ufam. Na página 4 estão descritos esses passos.

A campanha “10% do PIB para a Educação Pública, Já”, que será desencadeada nacionalmente no próximo dia 06 de novembro com a instalação de um plebiscito, aqui no Amazonas terá um atraso. Contudo, a Adua está empenhada em cumprir as etapas da campanha, distribuindo material informativo em todas as unidades e realizando o plebiscito local até o dia 06 de dezembro. Todos que compartilham da ideia de que a mola do desenvolvimento social está na educação devem contribuir para que a campanha surta efeito concreto, qual seja a de alterar o percentual de recursos públicos a ser investido no setor educativo. Participe dos debates e do plebiscito! (pág. 3)

Nesta edição, oferecemos dois artigos que merecem leitura e reflexão. Um deles, o de nosso ex-presidente Isaac Lewis, analisa as relações conflituosas e antiéticas da mídia brasileira. Principalmente quando tratam de questões que envolvem interesses da maioria da população e, quase sempre, tomar partido pelas estruturas de poder (pág. 8). O outro artigo é uma obra de Eduardo Galeano restaurando verdades sobre a ocupação do Haiti (pág. 10). Brindamos nossos leitores com duas entrevistas: uma, com a presidente do Andes-SN Marina Barbosa; outra, com o sociólogo Immanuel Wallerstein.

Boa leitura!

Notas

Nota de falecimento

A Adua lamenta o falecimento do professor Jorge Gregório da Silva e se solidariza com família e amigos. O professor fazia parte do corpo docente do Departamento de Administração e Planejamento da Faculdade de Educação (Faced) e era associado da Adua desde 1991. De acordo com informações enviadas por colegas de departamento, o professor Jorge Gregório teve complicações durante uma cirurgia e faleceu no dia 13 de outubro.

Respeito, sim!

Mensagem da Prefeitura de Manaus por ocasião da passagem do Dia do Professor, estampada em vários outdoors pela cidade, causou indignação à categoria, sobretudo aos docentes do ensino superior público e gratuito. Em letras garrafais, a homenagem dizia: “Ame o seu Professor”. A oração, curta, recebeu muitas críticas em uma das principais redes sociais da atualidade. “Somos amados por nossos filhos, companheiros, familiares e amigos”, escreveu um docente. O que a categoria quer mesmo é respeito por

parte dos gestores públicos, na garantia de seus direitos, na valorização profissional e na remuneração digna. Outro docente criticou a falta de escolas dignas e denunciou a realização de aulas em espaços improvisados.

Caso Unir 1

A situação na Universidade Federal de Rondônia (Unir) parece cada vez mais complicada. A greve que reúne professores e alunos da instituição começou em meados de agosto e se agravou em setembro, quando o reitor José Januário Amaral divulgou informações falsas alegando que já teria atendido 95% das reivindicações dos grevistas. Em resposta, o comando fez pressão para que o Ministério da Educação (MEC) intervisse, uma vez que muitas de suas denúncias eram contra o reitor, cujo afastamento vem sendo seriamente considerado. A novela continuou em outubro, quando diretores do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) foram à universidade e constataram a existência de problemas como assédio moral contra docentes e estudantes, ame-

ças, evidências de desvio de verbas e superfaturamento.

Caso Unir 2

O MEC atendeu ao chamado dos grevistas da Unir, mas ainda está longe de apresentar uma solução definitiva para o problema. A primeira reunião entre ministério e manifestantes, no dia 14 de outubro, foi marcada pela exigência dos últimos em retirar José Januário da reitoria. Na segunda reunião, no dia 17, o MEC expressou o desejo de não intervir nessa questão, apesar da insistência dos manifestantes a favor da saída do reitor, pois argumentam que já há indícios suficientes de corrupção por parte dele. Nesse meio tempo, entrou em cena o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público, que detectou irregularidades cometidas pela Fundação Riomar, ligada à Unir. Na “Operação Magnífico” (em alusão ao reitor), o Gaeco investiga um esquema de corrupção que beneficiava um seletivo grupo através de pagamentos de diárias inexistentes, ajudas de custo imaginárias etc. Nesse ritmo, não é apenas o reitor da Unir que pode estar com os dias contados na universidade...

charge



Fale conosco

Professor e professora do campus de Manaus e dos campi do interior contribua para o Jornal da Adua produzindo artigos, resenhas de livros e DVDs e sugestões de pautas. Sua participação é fundamental para um jornal plural. Entre em contato conosco pelo e-mail: imprensa.adua@gmail.com

www.adua.org.br
www.twitter.com/docentes_ufam



O jornal da **adua** é uma publicação da Associação dos Docentes da UFAM - Seção Sindical do ANDES-SN.
Diretoria: Antônio (Neto) Pereira de Oliveira (presidente), Ronney da Silva Feitoza (1º vice-presidente), Tharcisio Santiago Cruz (2º vice-presidente), José Alcimar de Oliveira (1º secretário), Lucas Milhomens Fonseca (2º secretário), José Humberto Michiles (1º tesoureiro) e Luiz Fábio Silva Paiva (2º tesoureiro).
Jornalista responsável: Antônio José (Tomzé) Vale da Costa (DRT/AM 286)
Reportagem: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459), Lídia Ferreira (SRTE-AM 398) e Susy Freitas (colaboradora)

Projeto Gráfico e Arte: Herivaldo da Matta (Kuca)
Fotografias: Anderson Vasconcelos, Lídia Ferreira, Tomzé Vale da Costa e Andes-SN
Impressão: Gráfica Ampla. 2000 exemplares.
Fone/Fax: (92) 3088-7009/3305-4103
e-mail: aduass@uol.com.br; imprensa.adua@gmail.com (Imprensa)
Endereço: avenida General Rodrigo Otávio Jordão, 3000, Campus Universitário, Setor Sul, Coroado, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas. Site: www.adua.org.br

Campanha

“10% do PIB para Educação, Já!” chega às unidades acadêmicas da Ufam

Foto: Anderson Vasconcelos

**Material de campanha estará disponível a partir de novembro na Adua**

A Adua já deu a largada para a intensificação da Campanha Nacional “10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a Educação, Já!” no Amazonas, com intuito de fomentar a adesão de mais entidades de classe e a sociedade civil na luta por mais recursos, entre outras melhorias, para a educação brasileira. Neste mês, a Associação propôs a criação de um comitê local da Campanha, que já definiu as estratégias de ação para que o assunto seja disseminado ao maior número de pessoas possível.

Para isso, um “arsenal” de peças publicitárias está sendo produzido e deve chegar às unidades acadêmicas da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) no início do mês de novembro. Cartilhas, folders, cartazes, banners e faixas são as peças que integram o material de divulgação da Campanha. Os produtos de comunicação serão distribuídos também nas escolas das redes estadual e municipal de educação, outras instituições de ensino superior, bem como repassados para as demais entidades que formam o comitê regional da Campanha.

Além da Adua, o grupo formado pelo Andes Regional Norte 1, Sindicato dos Sociólogos do Estado do Amazonas (Sindsocio), Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos (Sintect-AM), Associação Nacional dos Estudantes Livres (Anel), Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem-Teto (MTST) e Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas (Sinteam) definiu a atividade de divulgação como a primeira etapa de um calendário de ações que se estende até o mês de dezembro.

A programação, ainda não finalizada, prevê ainda a realização de uma palestra sobre a educação pública e gratuita (em data a ser definida) e um plebiscito, que deve ocorrer

até o dia 06 de dezembro no Estado, observando o prazo nacional da consulta pública. Até lá, os amazonenses vão opinar se concordam ou não com a destinação do percentual reivindicado do PIB para educação.

De acordo com o presidente da Adua, Antônio Neto, as atividades previstas para os dois últimos meses deste ano têm como finalidade estimular a participação da comunidade acadêmica e da sociedade em geral nas discussões sobre a campanha nacional, antes que o debate a respeito do tema se encerre, no início de 2012. “É uma exigência mínima a realização de uma educação com qualidade. Por isso, a população deve ter conhecimento do assunto, discutir o tema e ainda exigir do governo mais investimento no setor”, disse.

Na avaliação do docente, os cidadãos

brasileiros precisam ser mais partícipes do processo, agindo como fiscais da aplicação dos recursos. “Uma das propostas é que o percentual de investimento seja destinado à educação pública e não mais dividido em parcerias com o ensino privado”, ponderou.

Para ele, a Campanha tem outros desdobramentos, como a redefinição do papel dos conselhos de educação (nacional, estadual e municipal), a criação de outros mecanismos de controle e avaliação, por parte da sociedade. “O debate não é somente sobre o aumento percentual dos investimentos. Ele aparece apenas como um mote de campanha, mas há outras vertentes da educação em questão”, explicou.

Atualmente, governo brasileiro aplica 4,5% do PIB em educação, mas uma Conferência Nacional realizada ano passado sina-

lizou que o percentual deve subir para 10% para que o Brasil tenha condições de atingir as metas do Plano Nacional de Educação (PNE). O impasse a respeito da ampliação do investimento reside no fato de que o staff da presidente Dilma Rousseff discorda do aumento, além de alguns parlamentares do Congresso Nacional defenderem a proposta de 7,5%.

Estratégia de mobilização

A Campanha “10% do PIB para Educação, Já!” começou atrasada na Ufam, em relação a outras universidades públicas do país, reconhece o presidente da Adua. “Convocamos reuniões com outras entidades de classe, mas elas não puderam participar antes. Ainda não temos um termômetro para avaliar as ações, porque elas ainda estão no começo, mas a expectativa é que tenhamos adesão em peso da sociedade”, afirmou.

Para isso, cerca de cinco mil exemplares de uma cartilha devem ser distribuídos entre alunos, técnicos e professores da Ufam nas unidades de Manaus e de fora da capital. A cartilha também chegará à comunidade acadêmica do Instituto Federal do Amazonas (Ifam), da Uninorte e onde mais houver a presença de representantes da Anel.

Os demais membros do comitê regional vão distribuir ainda cinco mil panfletos e mil cartazes da campanha. Já as faixas e banners devem ficar concentrados basicamente nas unidades acadêmicas da Universidade. A Ufam/Parintins, por exemplo, já recebeu parte do material de divulgação.

Até o fim da Campanha, o comitê deve ser encorpado com a presença de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, seção regional (OAB-AM), Arquidiocese de Manaus e outras entidades culturais.

Plebiscito

Amazonenses decidirão nas urnas sobre aumento do repasse

Você é a favor do investimento de 10% do PIB na Educação Pública, já? Essa é a pergunta que os brasileiros deverão responder no plebiscito nacional em defesa da educação pública. A consulta, prevista para ocorrer a partir de 6 de novembro em todo território nacional, ainda não tem data certa para início no Amazonas. A coleta de votos vai até 6 de dezembro.

De acordo com o presidente da Adua, Antônio Neto, aproximadamente cem urnas serão alocadas por representantes do comitê regional da campanha. “Onde

houver a presença de membros do comitê pelo menos uma urna estará disponível. O plebiscito vai chegar às Universidades

Calendário oficial da consulta em todo o país é de 06 de novembro a 06 de dezembro

públicas, algumas escolas municipais e estaduais, associações e entidades de classe”, disse. O material utilizado durante a consulta será requisitado ao Tribunal

Regional Eleitoral (TRE).

Paralelo ao plebiscito, o comitê organiza uma palestra, que deve ocorrer até o fim de novembro no hall do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL). A expectativa da direção nacional é buscar um contato de renome que tenha condições de esclarecer ainda mais a comunidade acadêmica e sociedade em geral sobre os rumos da educação brasileira.

A popularização da campanha “10% do PIB para a Educação Pública, Já!” vem acontecendo inicialmente através da Internet. É possível, por exemplo, assinar uma petição online disponível no endereço eletrônico <http://www.peticaopublica.com.br/?pi=P2011N13990>, apoiando a campanha. Além disso, o blog Dez por Cento, Já (<http://dezporcentoja.blogspot.com>) também traz informações sobre o assunto. Outros detalhes podem ser conferidos na página da Adua (www.adua.org.br).

Atos político e jurídico

Docentes denunciam casos de violência na Ufam

Tomzé Vale

A Adua encaminhou à secretaria do Andes-SN documento solicitando avaliação jurídica sobre a decisão do Ministério Público Federal (MPF) no processo de agressão sofrida pelo professor Gilson Monteiro, enquanto lecionava para alunos do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), em maio de 2009. À época, o docente foi espancado por Amin Aziz, irmão do atual governador do Estado, Omar Aziz (à época da acusação, vice-governador).

O encaminhamento foi tomado por uma comissão local, aprovada em Assembleia Geral e criada especialmente para cuidar do caso, como mote para a elaboração de uma campanha contra a violência nas instâncias da Universidade, independente que quem seja agredido: professor, técnico administrativo em educação ou estudante. A medida é uma das ações propostas pela comissão para banir atitudes de truculência, como a cometida contra o docente.

Nesse caso específico, chamou atenção da comissão a forma como o processo de agressão foi conduzido durante quase dois anos. “Ele [professor Gilson Monteiro] sequer foi ouvido pelo MPF e nem teve conhecimento do acordo feito entre a instituição e a reitoria da Ufam. Justo ele, o principal interessado no assunto”, disse, de forma acentuada, o professor aposentado José Alcebiades, integrante da comissão.

O aposentado questiona ainda outros dois aspectos do processo, colocando em xeque a atuação do MPF. “Por que um dos agressores (outro irmão de Omar Aziz) foi ouvido como testemunha de defesa? Por que o laudo independente ao do Instituto Médico Legal, anexo ao processo, nem sequer foi levado em conta?”, pergunta Alcebiades.

Em parecer, o assessor jurídico da Adua, José Barbosa, afirma que o MPF, no exercício de sua missão constitucional, prevaricou na apuração dos fatos ao excluir elementos fático-jurídicos que resultariam em um enquadramento penal mais grave ao agressor.

“Vê-se a desconsideração de certos elementos dos fatos como a

premeditação da agressão, a participação direta do acusado sob a garantia do seu irmão, ambos imbuídos do mesmo propósito, a ameaça aos discentes em plena sala de aula a que não interferissem na ação delituosa do autor, a impossibilidade de defesa pela vítima, a invasão de domicílio da vítima que é seu local de trabalho foram circunstâncias do iter criminos desconsideradas pela denúncia promovida pelo MPF, sem as quais o autor não teria atingido o seu objetivo criminoso”, argumentou.

Pelo crime, o acusado pagou R\$ 15 mil, em três parcelas revertidas à Ufam, nos meses de fevereiro, março e abril deste ano, após o Juizado Especial Criminal acatar proposta de acordo feita entre MPF e Amin Aziz. A decisão foi questionada pela Adua, pela comissão e por professores solidários ao docente Gilson Monteiro.

Agora resta esperar a resposta jurídica do Andes-SN para reforçar o posicionamento já firmado pela Adua: a violência fere a autonomia e a liberdade didático-pedagógica da Ufam e, por isso, deve ser combatida. “Não podemos permitir que essas ações de truculência ainda ocorram na Universidade”, disse o presidente da Associação, Antônio Neto.

Para combater o problema, os professores planejam um ato político no dia 17 de novembro, com intuito de chamar a atenção da comunidade acadêmica e sociedade em geral para a questão da violência na universidade pública e gratuita. Além disso, o evento servirá para questionar a decisão do MPF.

Adua questiona recente decisão do MPF-AM e recorre ao Andes para tomar encaminhamentos sobre agressão sofrida por professor em plena sala de aula há dois anos

A manifestação servirá ainda, de acordo com a comissão, para cobrar da Ufam uma resposta não apenas a respeito de sua omissão em relação ao caso, mas pela ausência de respostas e de posicionamento sobre o acordo



Comissão buscou assessoria jurídica da Adua e do Andes-SN para o caso de agressão sofrida por Gilson Monteiro

proposto pelo MPF.

“A Universidade foi invadida, sem que a reitoria expressasse uma reação adequada ao grave acontecimento. Além disso, a agressão ao professor Gilson Monteiro foi uma agressão ao corpo docente, atingindo sua autonomia e sua liberdade didático-pedagógica”, disse o também professor aposentado, Menabarreto França, outro integrante da comissão.

Outros desdobramentos

A Adua, por intermédio da comissão, vai solicitar ainda ao representante do Conselho Regional de Medicina (CRM) que se posicione sobre o laudo emitido por profissional do IML, o qual diagnosticou, sem exame preciso, que o agredido teve apenas contusões leves.

Quanto ao MPF, uma comitiva deve fazer uma visita ao presidente do Ministério, para informá-lo que o movimento docente, por meio de sua Associação, está buscando

aconselhamento junto ao ANDES-SN, para, dependendo do que for avaliado, mover uma ação jurídica em âmbito superior.

Já em relação à Universidade, a comissão vai apresentar demanda junto ao Conselho Universitário (Consuni) para avaliar o comportamento da reitoria durante todo o curso do processo e diante das reiteradas solicitações de informações por parte do professor Gilson Monteiro. Na instância da unidade acadêmica, a mesma comissão vai solicitar também à direção do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) uma resposta sobre a conclusão da Comissão de Sindicância, instalada na época do acontecido.

Todas essas ações devem ocorrer até a data do ato político, previsto para iniciar às 09 horas, no ICHL, com participação da comunidade universitária, além de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do CRM, do Sindicato dos Jornalistas, do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazonas (Sintesam), da Associação dos Servidores da Ufam (Assua), parlamentares amazonenses e a comunidade acadêmica.

IPEA

Operários de hoje têm mais carga de trabalho

A jornada de trabalho e estudo na qual muitos brasileiros, principalmente pobres, se submetem diariamente é mais pesada que a dos operários do século XIX. A afirmação é do economista Márcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Para ele, os cidadãos que conseguem conciliar as duas atividades, nessas condições, são os verdadeiros “heróis” do país.

“Os brasileiros pobres que estudam e trabalham submetem-se a uma jornada de até 16 horas diárias, oito de trabalho, quatro de estudo e outras quatro de deslocamento. Isso é mais do que os operários no século XIX faziam”, disse Pochmann, acrescentando que dificilmente uma pessoa com melhores condições financeiras se disporia fazer o mesmo. “No Brasil, dificilmente um filho de rico começa a trabalhar antes de terminar a graduação ou, em alguns casos, até mesmo a pós-graduação”, observou.

Pochmann lembrou que o país levou cem anos, desde a proclamação da República, em 1889, para universalizar o acesso das crianças e adolescentes ao ensino fundamental. “Mas esse acesso foi condicionado ao não crescimento dos recursos da educação, que permaneceram em torno de 4,1% ou 4,3% do PIB. Sem ampliar os recursos, aumentamos as vagas com a queda da qualidade do ensino”, afirmou, recordando que a faixa percentual de investimentos continua nesse patamar.

Mas, ainda há muitos brasileiros em idade escolar fora da escola, apesar da universalização do ensino fundamental. De acordo com dados do Ipea, pelo menos 400 mil adolescentes com até 14 anos permanecem fora da escola. Se essa faixa etária for estendida para 16 anos, a cifra salta para 3,8 milhões de pessoas.

“A cada dez brasileiros, um é analfabeto. E ainda temos cerca de 45% analfabetos funcionais. É muito difícil fazer valer a democracia com esse cenário”, disse o economista, que foi um dos palestrantes da terceira edição do Seminário Sociologia e Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR), realizado ao fim do mês anterior.

Aperto

ICHL tenta sobreviver às demandas Reuni

Foto:Anderson Vasconcelos

A falta de espaço físico e o aumento semestral do número de estudantes e professores têm colocado o Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), uma das mais antigas unidades acadêmicas da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), literalmente no aperto. De acordo com a direção do ICHL, a cada semestre a unidade amarga déficit de dez salas de aula, enquanto que a população acadêmica cresce na faixa de 10% nesse mesmo período de tempo. São quase cinco mil alunos de graduação e pós-graduação do total de 35 mil universitários matriculados na Ufam.

Conforme o diretor do ICHL, Nelson Noronha, o Instituto, que concentra 22 cursos, tem necessidade de, pelo menos, mais um bloco administrativo com capacidade de comportar quatro departamentos.

Para resolver o problema, a direção da unidade encaminhou recurso à secretaria do Conselho Administrativo (Consad) da Universidade, protocolizado em 30 de agosto, na expectativa de que o assunto seja julgado pelos conselheiros até o fim deste ano. “Infelizmente, essa pauta não está sendo encaminhada”, afirmou.

Uma das situações mais alarmantes encontra-se no Pavilhão André Araújo, onde

Maior unidade acadêmica da Ufam está superlotada: grupos de alunos e professores não têm espaço para praticar atividades de ensino e pesquisa



O diretor do ICHL, Nelson Noronha enumera os problemas da unidade

seis departamentos respondem, juntos, pela coordenação de 13 cursos e mais o Centro de Ensino de Línguas (CEL). “Metade desse pessoal deveria estar abrigado em um bloco inteiro. Essa é a nossa necessidade mínima para desafogar o problema

da falta de espaço administrativo do ICHL. Não dá pra fazer improvisos quando o assunto é educação”, disse de forma taxativa Noronha.

Nesse espaço estão concentrados os departamentos dos cursos de Filosofia, Le-

tras - Língua Portuguesa (mais um grupo de professores que ministram disciplina de Língua Brasileira de Sinais – Libras), Serviço Social, Ciências Sociais, Língua e Literatura Estrangeiras (Espanhol, Francês, Inglês e Japonês), Biblioteconomia, Arquivologia, o Programa de Pós-Graduação em Letras e o CEL.

A saída “parcial” para esse impasse, na avaliação do Conselho Departamental (Condep) da unidade acadêmica, seria a entrega, em sua totalidade, do Pavilhão Rio Uatumã ao ICHL. Atualmente, o bloco é dividido entre o Instituto e a Faculdade de Educação (Faced). “Essa é uma das maneiras de aliviar essa aglutinação, pois nós queremos é que as pessoas tenham as melhores condições para desenvolver as atividades de ensino, pesquisa e extensão”, afirmou.

Para compensar a unidade administrativa cedente, o Instituto cederia um dos quatro blocos de salas de aula localizado em um espaço justamente entre a Faced e a Faculdade de Estudos Sociais (FES). “Por esse pavilhão estar numa área não contígua ao ICHL, nós temos dificuldade em administrá-lo”, ressaltou o docente.

“O bloco que estamos reivindicando abriga, em condições precárias, o departamento de Antropologia e as secretarias dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social e Sociologia”, continuou o professor, acrescentando que o pavilhão não dispõe de sala de leitura e de reunião, considerados requisitos para o funcionamento de cursos dessa natureza. O mestrado em Comunicação, no Pavilhão Eulálio Chaves, por exemplo, também fica em um espaço não adequado, segundo Noronha.

Falta discussão pública sobre a ocupação do espaço

Para o professor Nelson, o problema ocorre, entre outras coisas, porque não há na Universidade uma discussão pública sobre a ocupação do espaço na Ufam. “Os blocos não pertencem à unidade A, B ou C, mas à Universidade. Portanto, a discussão da forma de utilização desses espaços não pode ser feita nos termos do pertencimento, afinal não somos latifundiários, não somos proprietários de nada. A utilização deve sim ser objeto de discussão pública”, arrematou enfático.

O docente acrescenta que o gargalo vem se estreitando cada vez mais desde 2008, quando a Ufam aderiu ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), do governo federal, mesmo algumas unidades acadêmicas, a exemplo do ICHL, sendo contrárias à adesão.

Segundo dados do Instituto, de 2008 até

o hoje, o número de cursos subiu 37,5%, passando de 16 a 22, mas o percentual não foi acompanhado pela ampliação em outros quesitos: quantidade de professores, laboratórios, salas de aula, gabinetes para leitura, entre outros. “Nós estamos usando praticamente espaços estrangulados para realização das atividades, em virtude das últimas demandas do Reuni”, disse, acrescentando que “existe grande disparidade entre a área construída e a população que utiliza o espaço”, no caso do ICHL.

A expectativa do professor Nelson Noronha é que a situação melhore com a entrega do novo bloco de salas de aula do ICHL, em construção desde 16 de novembro de 2010 e com prazo de execução em 330 dias. A obra, orçada em quase R\$ 2,5 milhões, deve ficar pronta até o fim deste ano e passará a ser usada somente em 2012. Com a inauguração



Prédio será inaugurado em 2012

do novo espaço, aumentará em 50% o quantitativo de salas do Instituto.

O presidente da Adua, professor Antonio Neto, lamenta que o MEC, por meio do Reuni, tenha criado demandas que não consegue cumprir e avalia que a pretendida expansão do ensino superior no país não foi planejada

“com os pés no chão”. “A Associação defende a expansão desde que seja preservada a qualidade nas condições de ensino das universidades, ou seja, quando é garantida a ampliação do espaço físico, do orçamento, do número de professores e de técnicos administrativos em educação, via concurso público, entre outras condições. Mas, não é o que está acontecendo”, argumentou o docente.

Neto acrescenta que concorda com os encaminhamentos feitos pelo ICHL. “A unidade acadêmica não pode ceder às pressões do Governo, que precisa dar uma resposta mais contundente às demandas do ensino superior”, disse. Ele resalta que a entidade também sempre se opôs ao Reuni por entender que ele, na forma como foi concebido e é gestado, levaria à precarização das universidades.

Mudança

Novo Estatuto da Ufam será discutido em congresso

Depois de mais de dez anos, o Estatuto da Ufam será reformulado. Para isso, será realizado, com o atraso de dois meses, o Congresso Universitário Estatuante que ocorrerá no período de 7 a 11 de novembro, nos auditórios Eulálio Chaves e Paulo Burheim. O objetivo é discutir e aprovar propostas para formalizar a criação do novo estatuto, a ser encaminhado para apreciação final do Conselho Universitário da Ufam (Consuni). Espera-se que o Consuni respeite as posições aprovadas no Congresso e tenha o bom senso de referendá-las. O horário de início das atividades do congresso está marcado para 8h30, em todos os cinco dias.

Durante a abertura será anunciada a metodologia dos procedimentos para a discussão das propostas durante o congresso. De acordo com a presidente da Comissão Executiva do Processo Estatuante (CEPE), professora Maria Audirene de Souza Cordeiro, a comissão vai sugerir, durante a abertura, que sejam criados Grupos de Trabalho (GTs) para analisar um total de 649 propostas. “É uma alternativa para agilizar os trabalhos”, disse. Segundo a professora, após o término do Congresso e o encaminhamento da proposta de Estatuto para o Consuni, a previsão é que o documento demore cerca de 40 dias até a aprovação final. “Vai depender dos membros do conselho, inclusive para definir quando o novo estatuto entrará em vigor”, ressalta.

O corpo de delegados do congresso será composto de 50 técnicos administrativos em educação da Ufam, 45 docentes, 44 estudantes e dois representantes da sociedade civil. Com exceção da última categoria, que foram selecionados através de edital público, os demais foram escolhidos por meio de votação ou indicação das 19 unidades acadêmicas da Ufam, nas Comissões de Base, ao longo de quase um ano.

A sociedade civil teve o menor número de inscritos como delegados. Para a categoria, foram disponibilizadas 15 vagas, porém somente duas entidades se inscreveram atendendo aos prazos e critérios do edital. As entidades que participarão do Congresso são o Fórum dos Representantes do Movimento Afro-descendente e a Vice Província dos Capuchinhos do Amazonas (VIPROCLAM) que representa a Arquidiocese de Parintins, segundo a presidente da CEPE. Para as demais categorias foram disponibilizadas 50 vagas para cada uma – docentes, técnicos administrativos e discentes. “Ter apenas dois representantes da sociedade civil inscritos é gravíssimo. É um reflexo da distância da Ufam com a sociedade amazonense. A meu ver mostra a falta de interação do que acontece na Ufam com as pessoas. A sociedade não se sente parte da Universidade. Precisamos rever esse conceito de forma urgente, mudar a visão institucional”, opina o professor José Alberto Machado, do Departamento de Economia da Ufam.

Um total de 649 propostas foi encaminhado para a CEPE e constam do Volume de Sistematização a ser debatido com a comunidade acadêmica durante o evento



“Eu praticamente não sei nada sobre a Estatuante e com certeza uma boa parte dos alunos não está sabendo nem como é o atual estatuto, muito menos as propostas, faltou divulgação”

Guilherme Fernandes, 6º período do Curso de Economia



“Espero que o novo estatuto dê mais chance para o aluno participar das decisões da universidade, parece que estamos ‘largados’ aqui, os professores sequer comentam sobre essas decisões da Ufam na sala de aula”

Rariza Lira, 2º período de Língua Espanhola



“A universidade cresceu e muita coisa mudou. O novo estatuto precisa contemplar as necessidades do dia a dia e o servidor precisa participar dessas discussões para que seu ambiente de trabalho melhore”

Elizete Dias, bibliotecária da Ufam

Debatido



“Pouco se comenta sobre o tema, o que demonstra a desmobilização principalmente dos docentes e até mesmo da sociedade civil que nem se interessou em participar. Isso mostra a distância da Ufam com a comunidade em geral”

José Alberto Machado,
professor do departamento
de Economia

Adua apresentará suas propostas

Para mostrar o seu posicionamento durante o congresso, bem como as suas propostas de alteração e inclusão no novo Estatuto da Ufam, a Adua preparou um documento chamado “Caderno da Estatuinte”, onde estão compactadas as sugestões que a entidade, em comum acordo com seus associados, definiu e formatou em um único documento.

Com dez capítulos, o Caderno da Estatuinte é fruto de estudos e reuniões realizadas pelos membros da diretoria da Adua e do Conselho de Representantes de Unidades (Crads) realizadas de janeiro a outubro. O principal encontro ocorreu em abril, quando foi realizado o Seminário da Estatuinte.

O evento que contou com a participação de professores, técnicos administrativos, estudantes e representantes de entidades, como Diretório Central dos Estudantes (DCE), Sindicatos dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas (SINTEAM), entre outros.

Nos últimos anos, o governo criou leis que enfraquecem e desestruturam as universidades públicas brasileiras, prejudicando inclusive a aplicação de estatutos. A constatação é parte do que foi discutido nessas reuniões realizadas no auditório da Adua. O documento teve como ponto de partida um diagnóstico do atual Estatuto da Ufam, em vigor há mais de dez anos. “O mundo mudou, a política interna e nacional e as próprias demandas da Ufam mudaram. Estamos muito atrasados, precisamos rever isso para garantir uma universidade pública, autônoma e de qualidade”, enfatizou o presidente da Adua, Antônio Neto.

Principais pontos

Entre os dez capítulos do Caderno da Estatuinte preparado pela Adua, o presidente do sindicato, Antônio Neto, destaca quatro: Autonomia, Estrutura Administrativa, Gestão Democrática e Patrimônio e Financiamento. Os demais que compõem o documento são: Contextualização do Debate; Ciência e Tecnologia - uma atividade básica da universidade; O Regime Didático-científico; A Composição da Comunidade Universitária; Os Diplomas, Certificados e Títulos; e Disposições Gerais e Transitórias.

No item Autonomia, o documento da Adua ressalta que com a aprovação de leis e decretos pelo Congresso Nacional e a edição de Medidas Provisórias, o governo federal impõe uma série de restrições à prática dessa autonomia universitária. Explicitamente a MP 435 trata dos acordos sobre compras governamentais, um dos itens mais sensíveis dos tratados de livre comércio. Ela admite que essas compras sejam realizadas também em acordos comerciais

como da União Européia e o Mercosul, que podem resultar em inequívocos benefícios às corporações européias em matéria de Ciência e Tecnologia. A partir daí, a MP focaliza a relação entre as universidades, as fundações de apoio e a Lei de Inovação Tecnológica.

Para esta questão, a proposta é que a Universidade goze de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, obedecendo ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e sendo a Fundação Universidade do Amazonas a única gestora, gerenciadora, fiscalizadora e mantenedora da Universidade Federal do Amazonas, incondicionalmente a serviço do interesse público.

O segundo ponto destacado pela Adua é Estrutura Administrativa. O documento mostra que o modelo básico de funcionamento atual da Ufam é aquele em que o departamento figura como a menor unidade administrativa. A presença do Reuni na Ufam e a criação de unidades fora da sede vem tensionando esse quadro, alterando, para um modelo em que as coordenações de cursos, figurem como a menor unidade administrativa. Segundo um estudo feito por Luiz Antonio Coelho Lopes e Francesca

Nos últimos anos, o governo criou leis que enfraquecem e as universidades públicas brasileiras, prejudicando inclusive a aplicação de estatutos

Ribeiro Bernardes, as universidades federais herdaram da Reforma de 1968, pelo menos quatro modelos básicos no que se refere às atividades-fim: 1) agregação de departamentos em poucos centros; 2) reunião de departamentos em número maior de institutos; 3) ligação direta de departamentos à administração superior; e 4) superposição de centros aos institutos. E são esses modelos que estão sendo tensionados a modificarem-se.

A proposta da Adua é pela manutenção da estrutura de departamentos por considerar que a mesma assegura as condições de desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão com vistas a sua finalidade primordial que é atender aos interesses da maioria da sociedade. Além disso, essa estrutura que conserva o Departamento como a menor unidade de poder possibilita um nível de participação política e de controle mais eficiente do que aqueles que vêm sendo implantados principalmente nas universidades particulares.

Sobre a Gestão Democrática, a Adua propõe, entre outros pontos, a descentralização administrativa na organização da universidade, com respeito à

autonomia dos centros, unidades e departamentos. Além disso, que todos os docentes sejam elegíveis para funções administrativas e colegiados, independentemente de sua referência na carreira. Entre estratégias principais para estimular a participação democrática, o Caderno da Estatuinte sugere que a estrutura administrativa seja composta de órgãos colegiados e executivos, sendo o poder de deliberação destes subordinado ao dos colegiados competentes; a existência, nas Unidades, de colegiado deliberativo, presidido pelo dirigente, além do fim dos Comitês Gestores. Estes comitês atuam como órgãos paralelos aos colegiados formais e acabam por esvaziar as prerrogativas das instâncias verdadeiramente decisórias – os colegiados superiores. O documento indica ainda que o reitor e o vice-reitor devem ser escolhidos mediante eleição direta e secreta, com participação, no mínimo paritária, de todos os discentes, docentes e técnicos administrativos em educação, encerrando-se o processo no âmbito da Instituição. Também o diretor e vice-diretor de unidades acadêmicas devem ser nomeados pelo reitor, após eleição direta e secreta, realizada em cada unidade aos moldes da praticada para a escolha do reitor.

A Adua propõe ainda a realização de Congresso Universitário anual, custeado pela administração superior da Ufam e organizado pelos três segmentos, a partir de suas entidades representativas. Esses Congressos devem ser precedidos de congressos setoriais de cada Unidade.

Por fim, os itens de destaque da Adua para Patrimônio e Financiamento são: defesa do fim de todos os cursos pagos dentro da instituição; não cobrança de taxas ou mensalidades em qualquer modalidade de ensino; gratuidade para as reais condições de estudo – alimentação, transporte, moradia e disponibilidade do material de estudo. O documento propõe também a elaboração democrática e participativa das propostas de orçamento, a partir das unidades básicas que desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão. Essas propostas devem ser posteriormente apreciadas e aprovadas nos colegiados superiores e prestado contas à sociedade. Esta é a garantia plena de visibilidade das ações da administração e das formas de utilização dos recursos financeiros. O item ressalta ainda que os projetos de extensão devem ser concebidos e estruturados como instrumento de formação acadêmica. Não devem, pois, estar subordinados aos objetivos de captação de recursos financeiros para complementação de verbas na dotação orçamentária.

Artigo

Educação: Doutrinação ou desvelamento?

Isaac Lewis

Onde estará a lógica imparcial e/ou ética dos profissionais do jornalismo (assalariados ou empresários) no Brasil? Em qualquer greve, de qualquer categoria profissional, tanto da esfera pública quanto da esfera privada, os profissionais do jornalismo dizem que concordam com as razões da greve, porém não concordam que a população e a sociedade sofram prejuízos por causa da referida greve.

Em geral, esses profissionais do jornalismo nunca tecem comentários negativos com relação aos patrões ou aos governantes que causam as más condições de trabalho e de vida da população trabalhadora e mantêm baixos os salários percebidos por ela. É como se os patrões e os governantes brasileiros não causassem prejuízos à população e à sociedade. Quando comentam sobre a greve, a maioria dos profissionais do jornalismo lembra ou reitera a necessidade de regulamentação e do estabelecimento de regras claras para que os trabalhadores realizem sua greve. Será que somente a greve dos trabalhadores deve ser regulamentada no Brasil? Não haverá ações dos políticos em seu dia a dia, das atividades empresariais e bancárias e até da imprensa que devem também ser regulamentadas?

Efetivamente os meios de comunicação, no Brasil, mais escondem informações sobre qualquer fato do que as revelam. Mais doutrina do que desvelam. Isso acontece, por exemplo, quando informam sobre os problemas policiais e jurídicos enfrentados pela maioria da população brasileira. Desde o período colonial, as autoridades policiais e jurídicas sempre discriminaram a maioria da população pobre, de negros, índios e trabalhadores, e são poucas as manchetes dos crimes perpetrados por empresários ou pelas autoridades policiais e jurídicas contra as populações discriminadas, salvo quando esses crimes são perpetrados contra missionárias americanas ou juízas ou contra alguém das classes privilegiadas.

Infelizmente, foi preciso que uma juíza (uma das poucas exceções de profissionais comprometidos com a verdade, a justiça, na sociedade brasileira) fosse vilmente assassinada por policiais militares do Rio de Janeiro para que a imprensa revelasse que os referidos policiais já haviam participado de ações ilegais em favelas, utilizando armas para praticar assassinatos de pessoas pobres e outras arbitrariedades, como abuso de autoridade, contra essas pessoas. Inclusive um desses policiais (de alta patente) já participara do Batalhão de Operações Policiais Especiais, o famoso BOPE, do Rio de Janeiro.

Na verdade, essas ações vêm sendo pra-



ticadas pelas polícias brasileiras e, algumas vezes, pelo Exército Brasileiro, desde a “proclamação da república”, em 1889, quando foi instaurado o estado burocrático de direito republicano, cujas autoridades políticas e jurídicas confiam mais nas palavras de qualquer policial do que nas dos cidadãos comuns brasileiros, contribuindo para a manutenção e o reforço da discriminação institucional construída pelo estado burocrático de direito colonial contra a população pobre, negra, índia e trabalhadora.

Portanto, as ações ilegais e criminosas de autoridades políticas, jurídicas e policiais, na sociedade brasileira, não devem ser vistas como casos isolados e sim como ações recorrentes de uma sociedade fundada na injustiça e na desigualdade social. A propósito, em 2000, em Porto Velho, capital de Rondônia, o professor Jorge Vicente Sarrafe dos Santos, do Instituto Salesiano Laura Vicuña, deparou-se com um policial que agredia violentamente um menino na via pública, tentou conversar com o policial sobre aquela ação violenta e o policial, sem mais nem menos, sacou sua arma, atirou no professor, matando-o à queima-roupa.

Nesse contexto social, a população pobre sempre foi tratada como perigosa, no-

civa, por isso, caso de polícia ou de vergonha para um país que se apresenta como pertencente à civilização cristã e européia. Daí os discursos recorrentes de autoridades governamentais, jurídicas, militares e policiais quanto à necessidade de limpeza ou de faxina da pobreza, da miséria etc. ou de ações de pacificação. Essas ações de limpeza, de faxina ou de pacificação parecem ser os objetivos das autoridades governamentais dos países dependentes. Seu papel é manter a ordem na periferia do capitalismo (Rio de Janeiro, Haiti).

A doutrinação do estado burocrático de direito é promovida não somente pelos meios de comunicação, como também é praticada por outros setores, como a Educação e a Religião, que visam formar, respectivamente, os educandos e os fiéis para aceitarem como normais as falácias, as injustiças, as desigualdades sociais produzidas pelos empreendedores do desenvolvimento capitalista dependente no Brasil.

A educação brasileira, tanto no período colonial como no período do Império ou da República, tem-se pautado por um ensino que visa integrar os educandos às normas do estado burocrático de direito e os insira nas atividades econômicas de uma sociedade dependente. Isso explica

porque as elites, as classes médias e as classes desfavorecidas aceitam igualmente, em sua maioria, as arbitrariedades políticas, sociais, jurídicas e policiais praticadas principalmente contra as classes desfavorecidas. A exceção a essa regra foram as arbitrariedades praticadas contra todas as classes durante a ditadura militar (1964-1982).

No setor educacional, entre as décadas de 1930 e 1960, vários educadores, professores e estudantes realizaram a crítica da educação brasileira como doutrinação das idéias e valores capitalistas e propuseram reformas e mudanças no ensino, visando a criação de uma prática educacional, em todos os níveis, que desvelasse para os educandos a realidade da sociedade brasileira com relação às desigualdades econômicas, injustiças sociais e sua dependência aos países capitalistas centrais. Autores como Paulo Freire e Florestan Fernandes analisaram profundamente a educação e a sociedade brasileiras, propondo reformas e mudanças que possibilitassem aos educandos entenderem essa sociedade para agirem como profissionais críticos, quando formados.

Também rapazes e moças da Juventude Católica e religiosos comprometidos com a Teologia da Libertação optaram por lutar por melhoria de vida e de trabalho dos pobres, denunciaram as desigualdades e injustiças sociais presentes na sociedade brasileira e defenderam justiça e igualdade para a maioria da população brasileira.

A ditadura militar castrou essas propostas de mudança e de uma pedagogia autenticamente brasileira através da repressão e dos Acordos MEC-USAID. Os governos pós-ditadura continuaram os projetos educacionais contra-reformistas, estabelecidos durante a ditadura militar, visando não somente a precarização como a privatização do ensino no país. Na verdade, essa política de precarização e de privatização também atingiu os serviços de segurança e de saúde públicas.

Em face do exposto, é necessário que os estudantes, professores e políticos conscientes discutam a denominada “crise de segurança” no Rio de Janeiro, levando em consideração que as ações que provocaram tal “crise” vêm sendo praticadas desde a chegada dos portugueses ao Brasil. Que lutem por uma educação que forme cidadãos comprometidos com o Outro (principalmente a população pobre, os negros, os índios, os trabalhadores, as mulheres e as pessoas idosas), como foram os exemplos da juíza Patrícia Acioli e do professor Jorge Vicente dos Santos.

Isaac Lewis é professor aposentado da FAGED/UFAM e ex-presidente da ADUA.

Entrevista com Marina Barbosa

“A mobilização da categoria precisa ter um único sentido: a luta”

Faltando oito meses para o término do mandato como presidente do Andes-SN, marcado para junho de 2012, a professora, pesquisadora e militante Marina Barbosa fala, em entrevista ao jornal da Adua, sobre os principais desafios do movimento sindical e do cenário atual da educação brasileira. Entre os pontos de destaque estão a luta dos professores, em especial pela a reestruturação da Carreira Docente; a preparação e as mudanças necessárias para que o novo Plano Nacional de Educação (PNE) saia do papel; A campanha 10% do PIB para Educação e a polêmica “transferência” da gestão do ensino superior do Ministério da Educação para o Ministério da Ciência e Tecnologia, tudo isso tendo como pano de fundo o impasse ideológico entre o movimento, a sociedade e o governo. Presidente do Andes-SN pela segunda vez, Marina Barbosa é mestre em Serviço Social, doutora em História e professora universitária do quadro permanente da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), localizada em Minas Gerais, em regime de dedicação exclusiva.

A reestruturação do Plano de Carreira é, atualmente, a principal bandeira do Andes-SN. Como se viu, a primeira reunião para viver a oficina não aconteceu. A que atribui esse impasse?

O cancelamento da oficina foi fruto da intransigência do governo, que vem sendo marcada por vários aspectos, dentre os quais se destaca a negativa absoluta de diálogo com os movimentos grevistas, desconsiderando que a greve é um direito constitucional legítimo. Por outro lado, essa mesma Constituição reserva exclusivamente ao poder executivo a iniciativa de projetos de lei que alterem carreiras, cargos e salários dos servidores públicos. Isto torna imperioso combinar negociação com mobilização da categoria ao nível que seja capaz de forçar o governo a transigir.

O Andes-SN acredita que o funcionamento do Grupo de Trabalho pode colocar o movimento docente na ofensiva, abrindo espaço para disputa entre as propostas, identificando possíveis convergências e divergências. Na última reunião do Setor das Ifes, avaliamos que a dinâmica da negociação será diretamente determinada pela mobilização da categoria. Intensificar este processo é a tarefa imediata para que se efetive a negociação de fato.

Se essas reuniões continuarem sendo obstruídas, não é o caso para ter no horizonte (maio/2012) uma chamada à greve da categoria docente?

As negociações em torno da reformulação da carreira docente devem ter uma conclusão em março de 2012, mas é preciso vencer vários patamares ainda este ano. Há previsão de uma primeira síntese no dia 8 de dezembro. Todo

este período será de avaliação.

Diante das diferenças evidenciadas, o resultado do processo será reflexo da correlação de forças. O espaço precisa ser cavado pelo movimento e isso só será possível com uma mobilização que aponte temporalidade e radicalidade unitárias nacionalmente. E este espaço vai ser diretamente proporcional à mobilização da categoria e precisa ter um único sentido: a luta. A luta pela carreira que desejamos ver aprovada, a luta pela recuperação de nossas perdas, cuja ressalva salientada no acordo emergencial deixa claro que não as abandonamos, a luta pela isonomia e paridade entre todos os docentes, ativos e aposentados, que temos como princípios de base para reestruturação.

Qual a expectativa para o Congresso do Andes-SN em Manaus?

O 31º Congresso do Andes-SN acontece em um momento muito particular para o Sindicato Nacional, pois será realizado no momento de grandes desafios para os três setores e para a educação brasileira. No setor das Federais estaremos negociando nosso projeto de carreira docente com o governo federal. Isso possibilita reafirmarmos nossa pauta e reforçar a nossa mobilização para a concretização desse projeto. Também há embate em vários Estados em torno dos direitos dos docentes.

A crise financeira global vem sendo usada como justificativa para a retirada de direitos dos trabalhadores no mundo todo e estamos vivenciando um momento de ressurgimento das mobilizações e manifestações de rua. Todo esse contexto servirá para aprofundar as discussões e análises de conjuntura para definirmos o plano de lutas geral e de cada setor para 2012. No âmbito da educação, o Plano Nacional de Educação está em disputa e, em torno dele, o patamar de investimentos

Andes-SN



“ O espaço precisa ser cavado pelo movimento e isso só será possível com uma mobilização que aponte temporalidade e radicalidade unitárias nacionalmente ”

públicos na educação brasileira. Alguns desafios permanecem como a erradicação do analfabetismo, a universalização do Ensino Superior, com a garantia de educação pública, gratuita e de qualidade para todos. Essa continua sendo a nossa principal luta.

Uma das campanhas encabeçadas pelo Andes-SN é a aprovação dos 10% do PIB para Educação. Quais as a sua avaliação da campanha e das propostas?

Creio que a ampliação de investimentos por parte do governo na educação pública é de interesse de todos. O fato de várias entidades da sociedade civil apoiarem e participarem da campanha pela aplicação imediata de 10% do PIB na educação pública é a prova disso. Esse percentual foi apontado no primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) proposto pela Sociedade Brasileira em 1997. Já naquele momento, o diagnóstico elaborado para o PNE apontou esse percentual como necessário. Estudos demonstram que 10% do PIB ainda continuam sendo o percentual mínimo para começar a reverter a grave situação educacional à qual tem sido submetida a maioria da população brasileira. Em termos nominais, é necessário aplicar anualmente na Educação Pública, no mínimo, R\$ 10 para cada R\$ 100 da riqueza produzida no Brasil. Atualmente, o país

investe apenas cerca de R\$ 4 por R\$ 100, patamar bastante inferior ao destinado à educação na imensa maioria dos países..

A sociedade brasileira enfrenta um novo PNE, proposto pelo governo federal. Qual a sua avaliação e o posicionamento do sindicato sobre o tema?

O projeto de lei que está em tramitação no Congresso Nacional é de responsabilidade exclusiva do Governo que nem mesmo contemplou em seu texto as indicações da Conferência que tutelou do início até o final. As lições que o movimento social colheu do processo que se deu em torno do primeiro PNE são suficientes que seja disparado um alerta para o assunto. As metas do primeiro foram ousadas, mas os instrumentos para alcançá-las foram vetados. O resultado decenal foi uma frustração quanto ao cumprimento daquelas metas e um retrocesso quando a responsabilidade do Estado no campo da qualidade social da educação. Não houve a articulação dos níveis e modalidades em um sistema organizado e a mercantilização aumentou. Agora está sendo criada uma capa retórica em torno da abrangência temática, mencionando vários extratos sociais historicamente excluídos, porém sem a definição responsabilidades claras das várias esferas do poder público para que as metas possam passar para a realidade educacional.

O Senado aprovou recentemente a transferência do ensino superior para o Ministério da Ciência e Tecnologia, deixando o MEC apenas com os ensinos fundamental e médio. A idéia ainda será debatida na Câmara dos Deputados. O que pensa dessa alteração? O que efetivamente mudará para o docente?

A mudança proposta pelo PLS 518/2009 vai contra o projeto construído pelos educadores brasileiros para o PNE, que prevê a integração da Educação, em seus diversos níveis. A plataforma construída desde a década de 90 para Plano está organizada em torno da visão de que deve haver um sistema educacional no país articulando todas as esferas, todos os graus de ensino e todas as modalidades educacionais. Essa luta confronta com a ideia de fragmentar graus de ensino em ministérios diferentes. A responsabilidade do governo federal de exercer o papel articulador, já ficará segmentada dentro dele mesmo com essa divisão. Além do mais, o Ministério de Ciência e Tecnologia está por demais condicionado a visão instrumental da pesquisa que foi imprimida pela lógica dos fundos setoriais e isto é incompatível com o desenvolvimento da universidade pública necessária ao Brasil.

Artigo

Haiti, país ocupado

Eduardo Galeano

A ocupação militar do Haiti está custando às Nações Unidas mais de oitocentos milhões de dólares ao ano, montante que poderia ser destinado à cooperação técnica e à solidariedade social na recuperação dessa pequena ilha, isolada pelo “mar de desenvolvimento” que cerca o país caribenhinho, sobretudo pela presença dos Estados Unidos. Nesse artigo, o escritor uruguaio Eduardo Galeano, contesta a ocupação do pequeno invisível, que a história recente faz questão de esquecer. O Haiti, primeiro a derrotar a escravidão do mundo, agora se vê “preso” às forças militares sob chancela da ONU. Até quando os soldados estrangeiros continuarão na ilha? Como se justifica essa invasão militar?

Consulte qualquer enciclopédia. Pergunte qual foi o primeiro país livre na América. Receberá sempre a mesma resposta: os Estados Unidos. Porém, os Estados Unidos declararam sua independência quando eram uma nação com seiscentos e cinquenta mil escravos, que continuaram escravos durante um século, e em sua primeira Constituição estabeleceram que um negro equivaleria a três quintas partes de uma pessoa.

E se procurarmos em qualquer enciclopédia qual foi o primeiro país que aboliu a escravidão, receberá sempre a mesma resposta: a Inglaterra. Porém, o primeiro país que aboliu a escravidão não foi a Inglaterra, mas o Haiti, que ainda continua expiando o pecado de sua dignidade.

Os negros escravos do Haiti haviam derrotado o glorioso exército de Napoleão Bonaparte e a Europa nunca perdeu essa humilhação. O Haiti pagou para a França, durante um século e meio, uma indenização gigantesca por ser culpado por sua liberdade; porém, nem isso alcançou. Aquela insolência negra continua doendo aos amos brancos do mundo.

Sabemos muito pouco ou quase nada sobre tudo isso.

O Haiti é um país invisível.

Somente ganhou fama quando o terremoto de 2010 matou mais de duzentos mil haitianos. A tragédia fez com que o país ocupasse, fugazmente, as primeiras páginas nos meios de comunicação.

O Haiti não é conhecido pelo talento de seus artistas, magos do ferro-velho capazes de converter o lixo em formosura; nem por suas façanhas históricas na guerra contra a escravidão e a opressão colonial.

Vale à pena repetir uma vez mais para que os surdos escutem: o Haiti foi o país fundador da independência da América e o primeiro a derrotar a escravidão no mundo. Merece muito mais do que a notoriedade nascida de suas desgraças.

Atualmente, os exércitos de vários países, incluindo o do meu Uruguai, continuam ocupando o Haiti. Como se justifica essa invasão militar? Alegando que o Haiti coloca em perigo a segurança internacional.

Nada de novo

Ao longo do século XIX, o exemplo do Haiti constituiu uma ameaça para a segurança dos países que continuavam praticando a escravidão. Thomas Jefferson já havia dito: do Haiti provinha a peste da rebelião. Na Carolina do Sul [EUA], por exemplo, a lei permitia encarcerar qualquer marinheiro negro, enquanto seu barco estivesse no porto, devido ao risco de que pudesse contagiar com a peste antiescravagista. E, no Brasil, essa peste se chamava

“haitianismo”.

No século XX, o Haiti foi invadido pelos “marines”, por ser um país inseguro para seus credores estrangeiros. Os invasores começaram a apoderar-se das alfândegas e entregaram o Banco Nacional ao City Bank de Nova York. E, já que estavam lá, ficaram por dezenove anos.

O cruzamento da fronteira entre a República Dominicana e o Haiti se chama El Mal Paso. Talvez esse nome seja um sinal de alarme: você está entrando no mundo negro, da magia negra, da bruxaria...

O vodu, a religião que os escravos trouxeram da África e que se nacionalizou no Haiti, não merece ser chamada de religião. Do ponto de vista dos proprietários da Civilização, onde não faltam feições capazes de vender unhas de santos e penas do arcanjo Gabriel, essa superstição foi oficialmente proibida em 1845, 1860, 1896, 1915 e 1942, sem que o povo prestasse atenção nisso.

Porém, desde alguns anos, as seitas evangélicas se encarregam da guerra contra a superstição no Haiti. Essas seitas vêm dos Estados Unidos, um país que não tem o andar nº 13 em seus edifícios, nem a fila 13 em seus aviões, habitado por civilizados cristãos que crêem que Deus criou o mundo em uma semana.

Nesse país, o predicador evangélico Pat Robertson explicou na televisão o terremoto de 2010. Esse pastor de almas revelou que os negros haitianos haviam conquistado a independência da França a partir de uma cerimônia vodu, invocando a ajuda do Diabo das profundezas da selva haitiana. O Diabo, que lhes deu a liberdade, enviou o terremoto como cobrança.

Até quando os soldados estrangeiros continuarão no Haiti? Eles chegaram para estabilizar e ajudar, porém, já se passaram sete anos e lá estão, desestabilizando esse país que não os aceita.

A ocupação militar do Haiti está custando às Nações Unidas mais de oitocentos milhões de dólares ao ano. Se as Nações Unidas destinassem esses fundos à cooperação técnica e à solidariedade social, o Haiti poderia receber um bom impulso ao desenvolvimento de sua energia criadora. E, assim, se salvaria de seus salvadores armados, que têm certa tendência a violar, matar e contagiar com enfermidades fatais.

O Haiti não necessita que ninguém venha a multiplicar suas calamidades. Tampouco necessita a caridade de ninguém. Como bem diz um antigo provérbio africano, a mão que dá está sempre por cima da mão que recebe.

Porém, o Haiti, sim, necessita de solidariedade, de médicos, de escolas, de hospitais e de uma colaboração verdadeira que torne possível o renascimento de sua soberania alimentar, assassinada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Mundial (BM) e por outras sociedades filantrópicas.

Para nós, latino-americanos, essa solidariedade é um dever de gratidão: será a melhor maneira de dizer obrigado(a) a essa pequena grande nação que, em 1804, nos abriu as portas da liberdade, com seu exemplo contagioso.

(Esse artigo é dedicado a Guillermo Chifflet, que foi obrigado a renunciar à Câmara de Deputados do Uruguai, quando votou contra o envio de soldados ao Haiti).

Eduardo Galeano é escritor e jornalista uruguaio. (texto lido na Biblioteca Nacional do Uruguai, na mesa-debate “Haiti y la Respuesta Latinoamericana”, em 27.09.11)

Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 01/09/2011 a 30/09/2011

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	RECEITAS	44.850,48	44.680,99	100,00%
1.1	Contribuição dos Associados	43.491,90	43.491,95	97,34%
1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	1.320,08	1.154,94	2,58%
1.3	Receitas com Reprografia	38,50	34,10	0,08%
2	DESPESAS	61.053,91	49.932,05	100,00%
2.1	PESSOAL	10.501,66	10.501,66	21,03%
2.1.1	Salários	8.826,66	8.826,66	17,68%
2.1.2	Vale Transportes/Alimentação	1.675,00	1.675,00	3,35%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	2.786,64	3.332,15	6,67%
2.2.1	Contribuição INSS	2.176,38	2.606,92	5,22%
2.2.2	Contribuição FGTS	542,45	644,65	1,29%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	67,81	80,58	0,16%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	2.325,00	4.820,00	9,65%
2.3.1	Serviços de Diagramação de Material Impresso	-	1.600,00	3,20%
2.3.2	Serviços de Distribuição de Jornais/Eventos	90,00	90,00	0,18%
2.3.3	Serviços de Assessoria Jurídica	1.500,00	1.500,00	3,00%
2.3.4	Serviços de Eventos/Camisas	-	700,00	1,40%
2.3.5	Serviços de Assistência Médica	30,00	-	0,00%
2.3.6	Serviços de Manutenção Elétrica/Informática	40,00	60,00	0,12%
2.3.7	Serviços de Limpeza/Manutenção	665,00	870,00	1,74%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	5.190,00	5.380,00	10,77%
2.4.1	Serviços de Confecção de Faixas	900,00	-	0,00%
2.4.2	Serviços Gráficos	3.200,00	3.200,00	6,41%
2.4.3	Serviços Contábeis	1.090,00	2.180,00	4,37%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	10.494,58	10.342,13	20,71%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional/CONAD	8.880,76	8.730,93	17,49%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	215,25	214,25	0,43%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	349,64	349,23	0,70%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.048,93	1.047,72	2,10%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGEM	21.166,15	6.126,62	12,27%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	17.124,91	4.752,62	9,52%
2.6.2	Diárias (Transportes/Alimentação)	4.041,24	1.374,00	2,75%
2.7	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	2.403,00	5.764,00	11,54%
2.7.1	Aquisição de Divisórias/Mão de Obra	2.403,00	1.904,00	3,81%
2.7.2	Aquisição de 03 Ar Condicionados Split	-	3.860,00	7,73%
2.8	BENS DE CONSUMO	6.169,49	2.612,51	5,23%
2.8.1	Telefone	724,75	717,10	1,44%
2.8.2	Correios/Malotes	868,30	840,15	1,68%
2.8.3	Combustível	365,00	350,00	0,70%
2.8.4	Taxi, Fretes e Onibus	184,00	180,00	0,36%
2.8.5	Assinatura de Revistas/Jornais	-	71,10	0,14%
2.8.6	Refeições e Lanches	712,65	145,23	0,29%
2.8.7	Material de Expediente/Limpeza	829,66	294,03	0,59%
2.8.8	Assinatura Provedor/Internet	157,34	14,90	0,03%
2.8.9	Cartuchos e Toner de Tinta	438,00	-	0,00%
2.8.10	Materiais Elétricos	35,00	-	0,00%
2.8.11	Manutenção no Purificador de água	190,00	-	0,00%
2.8.12	Despesas com Eventos	1.664,79	-	0,00%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	17,39	1.052,98	2,11%
2.10.1	Despesas Bancárias/Juros e Multa	17,39	1.052,98	2,11%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		41.646,40	25.442,97	
RECEITAS		44.850,48	44.680,99	
DESPESAS		(61.053,91)	(49.932,05)	
RESULTADO OPERACIONAL		25.442,97	20.191,91	
Banco do Brasil S/A C/C		21.383,45	15.907,45	
Aplicação Banco do Brasil		155.266,31	156.421,25	
CAIXA		38,75	783,75	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		176.688,51	173.112,45	

espaço cultural

A 6ª Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul, que irá percorrer 27 cidades brasileiras, será exibida em Manaus no período de 13 a 19 de outubro, no Teatro Gebes Medeiros. A entrada é gratuita. A programação reúne 47 filmes, representando dez países sulamericanos. Entre os destaques estão três pré-estreias de longas brasileiros: “Quem Se Importa”, de Mara Mourão, “Céu Sem Eternidade”, de Eliane Caffé e “E A Terra Se Fez Verbo”, da cineasta Érika Bauer. A mostra conta ainda com clássicos como “Central do Brasil” (Walter Salles, 1998), entre outros filmes. O evento terá acessibilidade garantida em sessões com audiodescrição. A programação completa está disponível no site www.cinedireitoshumanos.org.br.

Cinema

“Virada Cultural” vai custar R\$ 2,3 milhões

Foto: Divulgação

Nos próximos dias 12 e 13 de novembro será realizada a “Virada Cultural de Manaus”, uma espécie de versão local do tradicional do evento de mesmo nome realizado em São Paulo. Na capital amazonense, a segunda edição será realizada em nove palcos espalhados pela cidade e custará aos cofres públicos R\$ 2,3 milhões para os dois dias de evento realizado pela Fundação Municipal de Cultura e Artes (ManausCult).

Em São Paulo, a “Virada” reúne artistas de vários gêneros e segmentos. Além de estilos variados de música, há apresentações a céu aberto de circo, dança, teatro e artes visuais. Em Manaus, haverá exibições de filmes no palco que será montado no bairro Cidade Nova, zona Norte, e estão programadas apresentações de dança e de circo, cujos detalhes de quantidade de grupos e locais não foram divulgados ainda pela ManausCult. Segundo a assessoria de imprensa, “nem

Inspirado no evento paulista de mesmo nome, a segunda versão manauense será realizada nos próximos dias 12 e 13 de novembro



Eraso Carlos é uma das atrações

todos os palcos terão essas modalidades porque são muitos shows”, informou a assessoria.

Para a professora do curso de Artes Plásticas da Ufam, Priscila Pinto, o espa-

ço concedido para as artes visuais é limitado e não contribui para a promoção dos artistas. “Primeiro que há pouquíssima divulgação de como será o evento. Também nem procuraram a Ufam para montar essa programação. Além disso, apenas filmes não contemplam as artes visuais. Se a proposta é valorizar o artista local, como vão fazer isso colocando apenas filmes?”, indagou.

O professor do curso de Música, Jackson Colares, ressalta que o evento está tendo um caráter de difusão cultural, em especial dos artistas nacionais que são maioria na programação. “No fundo, é uma grande ‘festa’. Não tem espaço para formação de público, com apresentação de orquestras, por exemplo. Era necessário ter oficinas, palestras e debates para contemplar o lado educativo do evento”, ressalta.

Este ano, a estimativa é que um milhão de pessoas participem do evento que terá nove palcos montados no Eldorado, Cidade Nova, Praça da Saudade, rua Ferreira Pena, Jorge Teixeira, Tempo Canaã, Parque dos Bilhares 1 e 2. Entre as atrações confirmadas estão: Eraso Carlos, Pitty, O Teatro Mágico, Preta Gil, Reginaldo Rossi e Biquíni Cavado. Os artistas locais escolhidos não foram divulgados pela ManausCult por não saber quem irá compor a programação.

Vale a pena ler

Mirleno Livio Monteiro de Jesus



Miséria da Biblioteca Escolar
Autor: Waldeck Carneiro da Silva
Editora: Cortez
Nº de Páginas: 119
Valor: 15,00

Educação rima com informação. Informação é elemento imprescindível para o processo de formação do ser humano em todos os seus aspectos. Pensar o processo formativo é compreender a importância do acesso e do uso da informação bem como a sua transformação em conhecimento. A participação da escola e de todos os seus recursos de ensino-aprendizagem torna-se condição sine qua non para formação integral de um indivíduo.

É nesse contexto que se situa o livro do Prof. Dr. Waldeck Carneiro da Silva. A temática apresentada na obra continua cada vez mais atual e tem sido objeto de discussão nos círculos acadêmicos, principalmente em Escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Ele aborda a problemática in(existência) de bibliotecas no âmbito das escolas brasileiras. O livro é resultado de um processo de pesquisa que se desenvolveu durante a realização de seu Mestrado em Educação onde o autor buscou compreender o lugar da biblioteca e a sua participação no processo de construção do ensino-aprendizagem.

Como pensar no ensino da leitura e da escrita sem a inserção das bibliotecas no meio escolar? Que concepções de biblioteca perpassam pela ação docente? Que relações se estabelecem entre o professor e o bibliotecário durante o ato educativo? Qual o lugar da biblioteca no planejamento da ação docente? Essas são algumas das questões que norteiam e inquietam o pensar e a agir do professor Waldeck.

Com Cursos de Mestrado e Doutorado na área de Ciências da Educação e autor de obras como “formação de professor”, “formação dos profissionais da educação” e “universidade e sociedade no Brasil”, Waldeck Carneiro da Silva tem atuado em linhas de pesquisa sobre Política e Gestão da Educação; Políticas de Formação de profissionais da Educação; Políticas públicas de Educação Superior; Universidade e Formação de Professores.

Com uma linguagem simples e de fácil compreensão, o autor brinda o seu público leitor com uma obra que alerta para a importância de uma prática reflexiva acerca da realidade que se configura em torno do processo de ensino-aprendizagem em escolas brasileiras.

O seu livro é destinado a todos que atuam no campo da educação e têm como compromisso a reflexão na e sobre a ação educativa.

Mirleno Livio Monteiro de Jesus é professor do Depto. de Biblioteconomia da UFAM e mestrando do PPG-COM/UFAM.

Vale a pena ver

Susy Freitas



Filme: Melancholia.
Dinamarca/Suécia/França/Alemanha, 2011.
Ficção/Suspense, 136 minutos.
Direção: Lars von Trier.
Distribuição: Califórnia Filmes.

A primeira exibição de “Melancholia” foi eclipsada no Festival de Cannes desse ano por conta da declaração de seu diretor, que afirmou “entender Hitler”. Passada a indigesta polêmica, que rendeu a Lars Von Trier o título de persona non grata em Cannes e a divulgação de várias desculpas pela “piada”, a obra finalmente pode ser admirada pelo que é: um dos filmes mais intrigantes do ano.

“Melancholia” é dividido em duas partes: “Justine” e “Claire”. Estes são os nomes das irmãs interpretadas por Kirsten Dunst (numa atu-

ação que lhe rendeu o prêmio de Melhor Atriz no Festival de Cannes) e Charlotte Gainsbourg. Na primeira parte, há a celebração do casamento de Justine e Michael (Alexander Skarsgård). A festa desmorona lentamente na medida em que as relações disfuncionais da família de Justine são relevadas. Nesse momento, as atuações delineiam as personagens através de detalhes nem sempre sutis: a inconstância de Justine, a relação paternal entre Claire e seu marido John (Kiefer Sutherland), a frieza da mãe das moças (numa curta, mas esplêndida atuação de Charlotte Rampling) e a falta de compromisso do pai. Tudo isso é marcado pela Nona Sinfonia de Beethoven, que ressoa ao longo do filme repetidas vezes.

A segunda parte de “Melancholia” acompanha os passos de Claire, que agora cuida da irmã em depressão. Não bastasse esse problema, a moça fica cada vez mais ansiosa com a notícia de que um planeta chamado Melancholia passará próximo à Terra. Claire teme a aproximação, enquanto que Justine encara possibilidade de destruição como um bem ao mundo. A relação de força que nasce do posicionamento antagônico das irmãs se torna literal no decorrer da trama, e falar mais que isso seria entregar o filme. Basta

dizer que Lars Von Trier usa a metáfora do fim do mundo para tratar de sentimentos íntimos como Hollywood jamais fez. Ele expõe a mesma crueza tanto na esperança de Claire quanto na desolação de Justine, deixando em “Melancholia” a marca de nihilismo típica de seus filmes.

Aos que acompanham a filmografia de Von Trier desde os tempos do Dogma 95, o segmento “Justine” traz à memória outro filme desse movimento cinematográfico: “Festa de casamento”. Estão ali o estilo câmera na mão, o foco que se ajusta aos poucos e os estranhos closes. Ironicamente, é na sequência inicial de “Melancholia” que estão as tomadas mais distantes do Dogma 95. Numa série de câmeras lentas, Von Trier apresenta imagens que mais se assemelham a quadros, tamanha o trabalho com a luz e os detalhes. O final do filme é abrupto, num corte quase seco, talvez para enfatizar que, tal como a vida, é o caminho trilhado antes do fim o que realmente interessa.

Susy Freitas é formada em Letras e Jornalismo pela Ufam; é mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação na Ufam; é jornalista da Adua.

internacional

O capitalismo chegou ao fim da linha: já não pode mais sobreviver como sistema. Esta é a opinião do sociólogo norte-americano Immanuel Wallerstein, de 81 anos. Em entrevista recente a uma emissora de televisão, ele se coloca como cético no que surgirá em seu lugar: pode ser melhor (mais igualitário e democrático) ou pior (mais polarizado e explorador) do que temos hoje em dia. Leia e reflita sobre suas posições.

Entrevista com Immanuel Wallerstein

“O capitalismo chegou ao fim da linha”

Para o professor Immanuel Wallerstein, da Universidade de Yale e personagem assídua dos Fóruns Sociais Mundiais, estamos em meio a uma bifurcação, um momento histórico único nos últimos 500 anos. Ao contrário do que pensava Karl Marx, o sistema não sucumbirá num ato heróico. Desabará sobre suas próprias contradições. Mas atenção: diferentemente de certos críticos do filósofo alemão, Wallerstein não está sugerindo que as ações humanas são irrelevantes. Ao contrário: para ele, vivemos o momento preciso em que as ações coletivas, e mesmo individuais, podem causar impactos decisivos sobre o destino comum da humanidade e do planeta. Ou seja, nossas escolhas realmente importam. “Quando o sistema está estável, é relativamente determinista. Mas, quando passa por crise estrutural, o livre-arbítrio torna-se importante.”

Há exatamente dois anos, o senhor disse ao RT [televisão russa] que o colapso real da economia ainda demoraria alguns anos. Esse colapso está acontecendo agora?

Não, ainda vai demorar um ano ou dois, mas está claro que essa quebra está chegando.

Quem está em maiores apuros: os Estados Unidos, a União Europeia ou o mundo todo?

Na verdade, o mundo todo vive problemas. Os Estados Unidos e União Europeia, claramente. Mas também acredito que os chamados países emergentes, ou em desenvolvimento – Brasil, Índia, China – também enfrentarão dificuldades. Não vejo ninguém em situação tranquila.

O senhor está dizendo que o sistema financeiro está claramente quebrado. O que há de errado com o capitalismo contemporâneo?

Essa é uma história muito longa. Na minha visão, o capitalismo chegou ao fim da linha e já não pode sobreviver como sistema. A crise estrutural que atravessamos começou há bastante tempo. Segundo meu ponto de vista, por volta dos anos 1970 – e ainda vai durar mais uns 20, 30 ou 40 anos. Não é uma crise de um ano, ou de curta duração: é o grande desabamento de um sistema. Estamos num momento de transição. Na verdade, na luta política que acontece no mundo – que a maioria das pessoas se recusa a reconhecer – não está em questão se o capitalismo sobreviverá ou não, mas o que irá sucedê-lo. E é claro: podem existir dois pontos de vista extremamente diferentes sobre o que deve tomar o lugar do capitalismo.

Qual a sua visão?

Eu gostaria de um sistema relativamente mais democrático, mais relativamente igualitário e moral. Essa é uma visão, nós nunca tivemos isso na história do mundo – mas é possível. A outra visão é de um sistema desigual, polarizado e explorador. O capitalismo já é assim, mas pode advir um sistema muito pior que ele. É como vejo a luta política que vivemos.

Tecnicamente, significa é uma bifurcação de um sistema.

Então, a bifurcação do sistema capitalista está diretamente ligada aos caos econômico?

Sim, as raízes da crise são, de muitas maneiras, a incapacidade de reproduzir o princípio básico do capitalismo, que é a acumulação sistemática de capital. Esse é o ponto central do capitalismo como um sistema, e funcionou perfeitamente bem por 500 anos. Foi um sistema muito bem sucedido no que se propõe a fazer. Mas se desfez, como acontece com todos os sistemas.

Esses tremores econômicos, políticos e sociais são perigosos? Quais são os prós e contras?

Se você pergunta se os tremores são perigosos para você e para mim, então a resposta é sim, eles são extremamente perigosos para nós. Na verdade, num dos livros que escrevi, chamei-os de “inferno na terra”. É um período no qual quase tudo é relativamente imprevisível em curto prazo – e as pessoas não podem conviver com o imprevisível em curto prazo. Podemos nos ajustar ao imprevisível no longo prazo, mas não com a incerteza sobre o que vai acontecer no dia seguinte ou no ano seguinte. Você não sabe o que fazer, e é basicamente o que estamos vendo no mundo da economia hoje. É uma paralisia, pois ninguém está investindo, já que ninguém sabe se daqui a um ano ou dois vai ter esse dinheiro de volta. Quem não tem certeza de que em três anos vai receber seu dinheiro, não investe – mas não investir torna a situação ainda pior. As pessoas não sentem que têm muitas opções, e estão certas, as opções são escassas.

Então, estamos nesse processo de abalos, e não existem prós ou contras, não temos opção, a não ser estar nesse processo. Você vê uma saída?

Sim! O que acontece numa bifurcação é que, em algum momento, pendemos para um dos lados, e vol-



Divulgação

tamos a uma situação relativamente estável. Quando a crise acabar, estaremos em um novo sistema, que não sabemos qual será. É uma situação muito otimista no sentido de que, na situação em que nos encontramos, o que eu e você fizemos realmente importa. Isso não acontece quando vivemos num sistema que funciona perfeitamente bem. Nesse caso, investimos uma quantidade imensa de energia e, no fim, tudo volta a ser o que era antes. Um pequeno exemplo. Estamos na Rússia. Aqui aconteceu uma coisa chamada Revolução Russa, em 1917. Foi um enorme esforço social, um número incrível de pessoas colocou muita energia nisso. Fizeram coisas incríveis, mas no final, onde está a Rússia, em relação ao lugar que ocupava em 1917? Em muitos aspectos, está de volta ao mesmo lugar, ou mudou muito pouco. A mesma coisa poderia ser dita sobre a Revolução Francesa.

O que isso diz sobre a importância das escolhas pessoais?

A situação muda quando você está em uma crise estrutural. Se, normalmente, muito esforço se traduz em pouca mudança, nessas situações raras um pequeno esforço traz um conjunto enorme de mudanças – porque o sistema, agora, está muito instável e volátil. Qualquer esforço leva a uma ou outra direção. Às vezes, digo que essa é a “historização” da velha distinção filosófica entre determinismo e livre-arbítrio. Quando o sistema está relativamente estável, é relativamente determinista, com pouco espaço para o livre-arbítrio. Mas, quando está instável, passando por uma crise estrutural, o livre-arbítrio torna-se importante. As ações de cada um realmente importam, de uma maneira que não se viu nos últimos 500 anos. Esse é meu argumento básico.

O senhor sempre apontou Karl Marx como uma de suas maiores influências. Você acredita que ele ainda seja tão relevante no século XXI?

Bem, Karl Marx foi um grande pensador no século XIX. Ele teve todas as virtudes, com suas ideias e percepções, e todas as limitações, por ser um ho-

mem do século XIX. Uma de suas grandes limitações é que ele era um economista clássico demais, e era determinista demais. Ele viu que os sistemas tinham um fim, mas achou que esse fim se dava como resultado de um processo de revolução. Eu estou sugerindo que o fim é reflexo de contradições internas. Todos somos prisioneiros de nosso tempo, disso não há dúvidas. Marx foi um prisioneiro do fato de ter sido um pensador do século XIX; eu sou prisioneiro do fato de ser um pensador do século XX.

Do século 21, agora...

É, mas eu nasci em 1930, eu vivi 70 anos no século XX, eu sinto que sou um produto do século XX. Isso provavelmente se revela como limitação no meu próprio pensamento.

Quanto – e de que maneiras – esses dois séculos se diferem? Eles são realmente tão diferentes?

Eu acredito que sim. Acredito que o ponto de virada deu-se por volta de 1970. Primeiro, pela revolução mundial de 1968, que não foi um evento sem importância. Na verdade, eu o considero o evento mais significativo do século XX. Mais importante que a Revolução Russa e mais importante que os Estados Unidos terem se tornado o poder hegemônico, em 1945. Porque 1968 quebrou a ilusão liberal que governava o sistema mundial e anunciou a bifurcação que viria. Vivemos, desde então, na esteira de 1968, em todo o mundo.

O senhor disse que vivemos a retomada de 68 desde que a revolução aconteceu. As pessoas às vezes dizem que o mundo ficou mais valente nas últimas duas décadas. O mundo ficou mais violento?

Eu acho que as pessoas sentem um desconforto, embora ele talvez não corresponda à realidade. Não há dúvidas de que as pessoas estavam relativamente tranquilas quanto à violência em 1950 ou 1960. Hoje, elas têm medo e, em muitos sentidos, têm o direito de sentir medo.

Acredita que, com todo o progresso tecnológico, e com o fato de gostarmos de pensar que somos mais civilizados, não haverá mais guerras? O que isso diz sobre a natureza humana?

Significa que as pessoas estão prontas para serem violentas em muitas circunstâncias. Somos mais civilizados? Eu não sei. Esse é um conceito dúbio, primeiro porque o civilizado causa mais problemas que o não civilizado; os civilizados tentam destruir os bárbaros, não são os bárbaros que tentam destruir os civilizados. Os civilizados definem os bárbaros: os outros são bárbaros; nós, os civilizados.

É isso que vemos hoje? O Ocidente tentando ensinar os bárbaros de todo o mundo?

É o que vemos há 500 anos.

(Entrevista concedida a Sophie Shevardnadze, que conduz o programa Interview na televisão russa RT. A transcrição e a tradução para o português são iniciativas do site Outras Palavras, publicadas em 19.10.2011)